

X O brasileiro Alceu Amoroso Lima

Evaristo de Moraes Filho

Amicus Plato, sed magis amica veritas.

Je dois vous prier, Monsieur, de vouloir bien excuser la longueur de cette lettre. Mais vous reconnaîtrez, sans doute, que s'il est aisé de présenter en deux lignes toute la position d'un écrivain sous un point de vue absolument faux, la rectification ne peut être aussi concise.

A. Comte, *Correspondance inédite*, 1^è. Série.
Paris, 1903, p. 72. Carta a Michel Chevalier.

Fazendo a crítica de *Meditação sobre o mundo moderno*, de Alceu, depois de lhe render “o excepcional apreço em que deve ser tido o seu acidentado e fecundo itinerário, através dos mais variados caminhos da nossa cultura”, escreve o realmente saudoso, querido e admirado Afonso Arinos de Melo Franco: “Desde logo uma impressão geral ressalta do livro: a pouca substância brasileira. Impressão que caracteriza a significação do pensamento de Alceu Amoroso Lima, na sua mais alta qualidade e, a meu ver, no seu mais grave defeito.” Segundo Afonso, a geração de antes da guerra (1914-1918) sofreu uma “espécie de desnacionalização literária”. E pouco mais adiante, para resumir: “Daí esta figura exponencial, que é Alceu Amoroso Lima, realizar uma cultura imensa em que o Brasil — é inútil tentar negá-lo com tais ou quais subterfúgios — tem a menor parte.”

Já quase no fim do artigo, volta Afonso a escrever, repisando a mesma tese: “Com a minha propensão irresistível para ver todos os fenômenos culturais em função do meu país, acompanho angustiadamente a marcha do pensamento de Alceu, que desliza invencivelmente no sentido contrário, isto é, levando os problemas nacionais, que lhe são submetidos, para a sua representação universal. Nossos espíritos estão sempre, pois, frente a qualquer tema, não em posição oposta, propriamente, mas em marcha divergente.” Por fim, conclui: “E particularmente grato ficaria eu ao meu amigo e mestre Alceu Amoroso

X *Revista Brasileira, da Academia Brasileira de Letras, Fase VII, out./nov./dez. 1954, ann I, n.º 1.*

Lima, este faroleiro das rotas do mundo, se ele descesse da sua torre, pelo menos por estes próximos dois anos, e viesse mais para perto de nós, procurar desvendar os caminhos da terra do Brasil, que é a nossa terra.”⁽¹⁾

Felizmente, Afonso foi mau profeta: a marcha do pensamento de Alceu não deslizava “invencivelmente” para fora dos problemas brasileiros. Pelo contrário, sempre esteve dentro deles e foi cada vez mais se engajando na realidade nacional, aberta e corajosamente, opinando, ditando diretrizes, criticando, indicando soluções, colocando sua imensa cultura a serviço do seu país. No próprio livro motivo de crítica de Afonso, numa coleção da José Olympio dedicada aos problemas mundiais, notadamente da guerra que se travava com o Eixo, nem aí deixa Alceu de se preocupar com temas nacionais. Logo à página 11, declara que “essa missão (defesa da civilização cristã) é também, como não podia deixar de ser, a do nosso Brasil”. Bem mais avante discute as nossas relações com os Estados Unidos, e assinala: “O segundo axioma básico de nossa posição em face dos EUA é a preservação das nossas características pessoais e coletivas”. (Grifo de A.) (*Omissis*)... “Procuremos desfazer os equívocos, sim. Mas não procuremos desfazer essas distinções por um excesso de adaptação. Um dos perigos que corremos é justamente a facilidade exagerada em nos adaptarmos a modelos estranhos. Ao contrário dos norte-americanos, que são terrivelmente orgulhosos das suas idiosincrasias nacionais, somos plásticos demais e desejosos de ter sempre aberto nosso espírito a tudo que é estranho ao nosso modo de ser.” A verdadeira civilização, dizia nas primeiras páginas, “é nacional sem ser nacionalista”.⁽²⁾

Em pleno domínio do Estado Novo, não deixa de fazer severa crítica ao livro do todo-poderoso Francisco Campos, *O Estado nacional* (1940). Os dois primeiros livros de Afonso (1933) vêm referidos e elogiados. Ainda nas primeiras cem páginas, são estudadas as obras de Francisco Campos, Miguel Reale, Leonel Franca, Perilo Gomes, Galvão de Souza, Pedro Lessa, Lubambo, Karam, todos de interesse nacional.⁽³⁾

Na segunda parte do livro, dedica-se em largas páginas à literatura brasileira, com a permanente preocupação em sua obra de lhe dar

identidade nacional. A mesma preocupação lhe aparece na pena sobre a filosofia brasileira. Poucas linhas comprobatórias: "A literatura brasileira existe mas não vive, isto é, não possui ainda uma irradiação universal e pode ser ignorada por um estrangeiro culto. De filosofia brasileira como tal, poderíamos dizer, sem exagero, que não vive e pouco existe... Acha-se ainda na fase embrionária da aspiração à existência ou se limita a ensaios solitários de pensadores esparsos que refletem correntes universais ou trazem contribuições pessoais a essas correntes. Não é, nem por falta de inteligência, nem por falta de idéias que o nosso pensamento filosófico encontra-se ainda nessa fase empírica. O que falta é aplicação, por parte dos pensadores, e interesse por parte do público."

Demora-se no estudo das causas dessa nossa fraqueza filosófica, entre as quais a falta de formação filosófica sistemática. Requer longa meditação, arrojo criador. À época ainda viviam às moscas os cursos de filosofia no Brasil, apesar de já contarmos com professores como o padre Penido, por muitos anos professor na Suíça e respeitado por suas obras. E comenta: "Nada de mais alarmante, entre nós, do que essa indiferença do público e esse desprestígio da filosofia, em face das ciências utilitárias ou positivas." Mas, logo depois ameniza suas afirmativas pessimistas: "Enquanto não temos uma filosofia viva, como a têm outros grandes povos de nossos dias, pois o pensamento filosófico de nossos tempos está mais vivo do que nunca, vamos nos contentando com o que podemos ter, isto é, com o reflexo das correntes universais e o surto de pensadores isolados. Nesse sentido, já é possível falar de uma filosofia no Brasil e já se têm mesmo feitos sínteses históricas, que revelam a existência ininterrupta dessa atividade intelectual entre nós, desde o primeiro século da conquista."

Passa então Alceu a expor esses estudos e essas correntes, até atingir no século XIX o eclético e vago espiritualismo, combatido a partir de 1870 pelo monismo da Escola do Recife, principalmente com Tobias Barreto e Sílvio Romero, posteriormente, este, mais adepto do evolucionismo spenceriano. Refere-se ao espiritualismo bergsoniano de Farias Brito, quase panteísta, passando o espiritualismo pascaliano, transcendentalista, de Jackson de Figueiredo. Não faltaram também idealistas neo-hegelianos como Croce e Gentile. Era a reação

contra o determinismo naturalista. Da filosofia, ainda sem autonomia completa, volta-se Alceu para seus correspondentes no movimento literário, ao período de transição entre os dois séculos, que oscilou entre o parnasianismo e o simbolismo. Com o modernismo, liquidam-se essas suas heranças, passando-se à dicotomia entre agnosticismo e espiritualismo. Chega Alceu até aos dias da década de 40, em que escrevia. Seu escrito é de 1941.

Nunca deixou de ocupar, em todos os assuntos por ele tratados, da sua repercussão no Brasil ou da sua correspondência aqui. Assim o faz com o existencialismo "em nosso meio". Não se descarta do problema religioso: "Há mesmo quem fale em 'abuso da liturgia' entre nós, quando o verdadeiro problema é o de seu uso generalizado e coordenado, ainda tão escasso e defeituoso. Felizmente, já se vai processando mesmo entre nós um movimento sadio de *participação* mais intensa dos fiéis na vida de oração e de ação da Igreja."⁽⁴⁾

Algumas páginas do livro são dedicadas ao teatro nacional, nas quais se afirma que "a primeira forma literária nascida no Brasil incipiente foi o diálogo vivo e a representação cênica". Baseia-se em Serafim Leite S. J., vendo a introdução do teatro no Brasil com a representação pelos colonos dos autos nas igrejas, à moda portuguesa, aqui arranjados ou provavelmente trazidos de Portugal.⁽⁵⁾

Ainda num livro de temática universal, não deixou Alceu de tratar de assuntos brasileiros, sempre com absoluta segurança e sentido nacional. O Brasil nunca deixou de estar presente em seus livros, na incessante busca da identidade nacional, quer na literatura, quer na própria caracterização de seu povo.

A crítica de Afonso, em livro, é de 1944, sobre uma das obras mais gerais e universais de Alceu, como o indica o seu próprio título, publicada em 1942 em pleno período de guerra, que envolvia praticamente todo o planeta e que importava uma profunda transmutação de todos os valores. Mais preso ao livro, como objeto imediato de sua crítica, a árvore impedia Afonso de ver a floresta... Numa bibliografia imensa, como a de Alceu, nem sempre o Brasil foi o seu ponto central de tratamento, como é óbvio. Mas, na sua qualidade de crítico, não só

literário, mas social, econômico, histórico, político, religioso, com abrangência de todas as ciências humanas, poucos se preocuparam tanto entre nós pela caracterização de uma verdadeira nacionalidade brasileira quanto Alceu Amoroso Lima. Há uma linha reta em sua vida, a este respeito, sem qualquer vislumbre de “subterfúgio”, que o acompanhou desde a mocidade até a morte, quase aos noventa anos de idade. É fácil prová-lo.

Este pequeno ensaio, que vamos realizando, será mais de Alceu do que nosso, tais e tantas serão as referências, entre aspas, de textos seus fundamentais. Afinal, estamos afirmando uma tese, e, por isso mesmo, precisamos comprová-la, além, muito além, de qualquer dúvida razoável. Desde os primeiros ensaios anteriores à sua estréia na crítica em 1919, voltou-se Alceu para os problemas brasileiros, revelando-se logo nacionalista, sem nunca deixar de ser universalista. E assim o foi durante a sua longa e admirável existência. Ser-lhe-ia bem aplicável a conhecida divisa de Victor Duruy: “*Il faut être universel au profit d'une spécialité.*” Com uma concepção de vida totalista, quer antes, quer depois de 1928, nunca separou Alceu os problemas regionais dos problemas nacionais, nem estes dos problemas universais. Todos fazem parte da mesma essência humana.

“Pelo passado nacional” é o título de um artigo seu publicado em dezembro de 1916, quando completava 23 anos de idade. Aí já se encontram o seu sentimento nacional, a sua preocupação com as coisas do passado brasileiro. Alguns trechos significativos: “Venho de um grato colóquio com as cousas do nosso passado... Por algum tempo, curto em dias, mas longo em meditação e saudade, conversei com as sombras dos nossos mortos nas ruínas das nossas paisagens. E se ousou agora tomar da pena, é porque deles, dos nossos mortos amados, ouvi uma longa queixa sentida contra o desamparo em que os deixam os brasileiros de hoje. É a voz das mortas gerações que fala por minha voz; a voz dos homens que primeiro desbravaram o terreno nacional, a dos que primeiro assentaram a pedra angular da nossa pátria”... “No Brasil, sobretudo, agonizante à mingua de patriotismo, é de urgente necessidade guardar para a nossa e para as gerações vindouras a moldura do nosso passado.”

E, já prenunciando o grande ensaísta e crítico que desabrocharia menos de três anos depois, quase ao final do artigo: “A missão suprema do brasileiro de hoje é reunir os materiais para preparar um espírito nacional, em todas as manifestações de sua atividade. E para isso, é preciso que ao artista, ao jurista, ao arquiteto, ao político, ao militar, ao industrial, não seduza unicamente a originalidade; ‘só se tem o direito de ser original sem o querer’, disse-o Joaquim Nabuco. A arte, a literatura, o estilo, a organização verdadeiramente nacionais serão uma consequência lógica do nosso meio, do nosso clima, da nossa filiação, das nossas tendências. Hoje, o espírito brasileiro está inteiramente obliterado por estranhas influências.”⁽⁶⁾

No ano seguinte, na mesma *Revista do Brasil*, escrevendo sobre Sousa Bandeira, que falecera, vê nele “uma figura expressiva da nacionalidade, uma folha sutil de sensitiva brasileira. A sensibilidade é o caráter dominante desse esboço de raça que formamos. É nossa força e nossa fraqueza forjada por nós, neste pedaço de América onde viemos formar uma civilização”. Sua obra “foi um lento itinerário para o nacionalismo... vindo afinal a firmar-se na preocupação nacional”.⁽⁷⁾

Ainda sobre tema nacional é o artigo seguinte, “O êxodo”, do mesmo ano, na mesma *Revista*. Os efeitos da Guerra se estendem por toda a parte, nenhum povo fica a ela imune, nem o Brasil. Quanto a nós, “é forçoso concluir que o primordial problema brasileiro deve ser a investigação das causas de nossa fraqueza assim como os meios de a remediar, é estímulo à mais ampla iniciativa nacional”. E termina o período: “Estamos sós na América, e a consciência desse isolamento é a melhor garantia de nossa unidade. Sejam nacionais para vivermos!”. Depois de fazer a história da nossa formação nacional, já no século XVII, “dominara em nossa literatura o nativismo, que a emancipara do Reino. Só a primeira geração romântica, porém, foi que encordou em sua lira o sentimento patriótico. O indianismo veio a ser a maior expressão desse falso nacionalismo literário, ainda embaciado de vaidade e romantismo. Em nossos dias, libertou-se a literatura daqueles atavios; a feição nacional das *letras* é hoje uma necessidade da inteligência e não um esforço de sentimento.”

Já tendo lido Euclides da Cunha aos quinze anos, mostra-se em Alceu bem patente a sua influência, distinguindo entre o litoral e o ser-

tão. Prega o nacionalismo agrário, o amor à terra, e, em palavras bem euclidianas: “Começamos, ao que parece, a compreender a sucessão lógica dos elementos vitais de uma nação. Um país se constrói como uma casa. Se nesta, concentrarmos a nossa atenção extrema sobre os ornatos, desprezarmos os alicerces, pouco durará a obra da vaidade”... “O Brasil é um edifício em projeto, ou, quando muito, em início de construção. A alguns de nós cabe a obrigação de arquitetos, a quase todos a de pedreiros, a muito poucos a de decoradores... As nacionalidades, como os templos, assentam sobre o esforço obscuro.”

E, mais uma vez quanto ao nacionalismo, bem mergulhado no seu tempo: “Pode-se dizer que, hoje, o trabalho útil do país é o que tende a torná-lo cada vez mais livre. Eis a pedra de toque para julgarmos dos homens e dos atos brasileiros.” Tudo caminhava neste sentido, vislumbrando o jovem Alceu a renovação da literatura e o seu reflorescimento em São Paulo, como seu futuro centro dinâmico. Aqui está, sem dúvida, uma intuição, pré-modernista, que cinco anos mais tarde se confirmará: “Hoje, a mesma lei da história que tem encontrado entre nós, como vemos, confirmação plena, nos autoriza a prever que o futuro movimento intelectual no Brasil vai irradiar de São Paulo. Vivendo em pleno germinar da idéia regionalista, desfrutando metade da fortuna nacional, possuindo uma aristocracia da terra, tendo herdado os seus filhos a altivez e o bom senso dos ‘paulistas’ de Piratininga, prepara-se São Paulo para a realeza da República”... “O século XVI pertenceu a Pernambuco, o XVII à Bahia, o XVIII a Minas Gerais, o XIX ao Rio de Janeiro; o século XX é o século de São Paulo. Dessa diversão pela nossa história literária se conclui que os povos precisam ser livres para ser ricos, e ricos para ser inteligentes.”⁽⁸⁾

O próximo artigo é sobre Catulo da Paixão Cearense, na mesma *Revista*, em 1919, ano em que se iniciou na crítica literária nas colunas de *O Jornal*. Considera Catulo um poeta regional, menos do que um poeta nacional e muito menos do que um Poeta Máximo. “Poeta Nacional só pode ser aquele cujo estro exprima a onda de toda uma população, cuja obra seja a expressão de uma pátria. Só pode haver Poeta Nacional quando há perfeita unidade nacional.”⁽⁹⁾

Mas o fato supremo na vida de Alceu, naquele ano, foi o seu artigo publicado em *O Jornal* a 17 de junho de 1919. As idéias anteriores ainda o acompanhavam. A sua crítica não seria puramente literária, de gabinete. Nenhum formalista atual a assinaria, porque a preocupação não era só literária e muito menos textual: sua preocupação é com o povo brasileiro e sua literatura, em sentido amplo. Prega a “individualidade nacional”, dirige-se aos que “amam esta terra e confiam neste povo”. Urge, dizia, a concorrência de todas as forças sociais para a obra de cultura entre nós. Higiene e economia eram os caminhos indicados: “Resolvido o problema do saneamento da gente e da terra, e estabilizada a ordem econômica, sob os atuais ou outros moldes, a inteligência nasce naturalmente como uma flor necessária e não, como hoje, temporã.”⁽¹⁰⁾

A 23 de junho escreve sobre Monteiro Lobato, “o pai do Jeca”. Vale a transcrição de longos trechos, pelo que significam para o nosso ensaio: “Monteiro Lobato é um dos batedores mais ousados de nossa literatura. Vibrante, expressivo nas comparações vegetais, independente, cria neologismos, inventa construções inéditas, e para idéias novas aplica termos novos. Pode-se dizer que ele sacode a velha árvore da língua, e ao agitar da fronda caem os frutos secos, vigorizam-se novos e repontam outros. Nem tudo que lança em sua ousadia ficará; mas de qualquer forma transfundiu um novo sangue à velha língua portuguesa. Melhores ou piores, somos já hoje diferentes de nossos avós; modificamos também o idioma que nos herdaram eles, ao contato de uma terra diferente, na mistura com outras raças, sob um sol mais ardente. Essa língua nova será tão autêntica quanto a que nos foi legada. O tempo é o padrão da boa linhagem filológica. Nosso idioma é mais colorido e natural do que o português, mais correntio e harmonioso, sobretudo mais maleável. O português de Portugal tem mais precisão nos termos, mais unidade, construção mais sólida e metódica. O do Brasil, não sendo tão rico em vocabulário, é mais variado e expressivo, mais humano. Falado, é suave e monótono, sem a agudeza e a música lusitanas. Por todo o Brasil são os escritores regionais os formadores da língua. Ainda nos isentos de tendências regionalistas, ressalta o caráter do idioma recriado, na fluência da frase arredondada e macia, no veludo da expressão. O estilo de Monteiro Lobato é novo, é lidimamente brasileiro, tem o viço e o desconcerto da terra. A meu

ver, o melhor elogio que mereceu foi o conceito de uma revista portuguesa sobre seu livro *Urupês*: 'Há aqui e além passagens que, pela maneira especial de linguagem e especiais referências a termos locais brasileiros, não podemos compreender.'

"Essa incompreensão, mais alegada que real, de nossa linguagem própria, nos é um título de orgulho. O crítico português não quis ver que, sob os termos locais brasileiros, brotava um verdadeiro renovo no velho tronco luso."

"Se o estilo de Monteiro Lobato revigora a literatura brasileira, sacode sua palavra nossa indolência nativa. Monteiro Lobato é o Savonarola de nossa desnacionalização, de nossa incúria, de nossa ilusão."

Depois de mais duas páginas no mesmo tom de afirmação da nacionalidade, declara Alceu que Lobato combate o burocratismo, o literatismo e o nosso mau ensino, concluindo desta maneira: "O saneamento moral e físico do Brasil, a par da remodelação social da sociedade, é a grande tarefa dos nossos dias. Vozes como a de Monteiro Lobato são o penhor de uma vitória."⁽¹¹⁾

Esta página de 1919 dá uma síntese do pensamento de Alceu sobre a busca da identidade da literatura nacional, com uma linguagem própria, não podendo mais ser uma simples extensão ancilar da literatura e da linguagem portuguesas.

A 26 de junho toca, pela primeira vez, num de seus temas prediletos pelo resto da vida: o da nossa velhice precoce. Nisso repete Tobias Barreto, falecido no último ano da Monarquia, para quem o Brasil parecia um menino de cabelos brancos... Em Alceu: "No Brasil, alguns — que os há — têm sempre mais amargor na ironia; não sabem rir sem ricto. Todos escrevem como velhos prematuros que somos. Felizmente, na vida das nações a velhice é por vezes a primeira idade. Nós ainda somos velhos: seremos crianças um dia..." O próprio Alceu dizia-se, mais tarde: "Velho na mocidade e jovem na velhice..."⁽¹²⁾

A 28 de junho, sobre os efeitos da guerra: "A visão da Europa e do mundo em luta aproximou-nos de nós mesmos. Todas as guerras

produzem uma revisão de valores. Esta nos obrigou a cogitar de nossa terra, com mais interesse e carinho." E ao fim: "A hierarquia intelectual e moral perdurará, porque é eterna, mas o pensamento será mais humano, a expressão mais simples. Inspirada pela terra e apiedada pelo homem, a literatura de amanhã viverá num largo sopro de naturalidade." No dia seguinte volta ao mesmo tema, e sobre o Brasil: "Notam-se, contudo, certas tendências dominantes: nacionalismo nos assuntos, liberalismo no pensamento, simplicidade na forma. O espetáculo do mundo em sangue trouxe-nos mais independência de pensamento, que se aplica melhor aos problemas da nacionalidade em formação. Esse pensamento mais largo, apoiando-se numa realidade mais próxima, deu-nos um equilíbrio de expressão ainda não evidente nem perfeito, mas potencial. Sente-se que caminhamos para uma maior autonomia literária, transformando e criando um novo idioma." Limitou-nos a ambição intelectual, renovou-nos a verdadeira tradição e despertou-nos para o realismo nacional.⁽¹³⁾

Num dos primeiros artigos de julho combate o mito da raça pura e defende a mestiçagem: "A América é terra de mestiços."⁽¹⁴⁾ Nos penúltimos dias do mês, estuda a obra de Olavo Bilac e — muitos anos mais tarde — manterá a mesma opinião na introdução a uma antologia dos seus versos. Destaca-lhe o patriotismo, "um novo título à nossa gratidão" ...; "Foi talvez, no seu tempo, o mais nacional de nossos poetas. Poeta nacional é antes o que possui os dons da alma pátria do que o cantor de assuntos nacionais."⁽¹⁵⁾

No artigo de 31 de julho, a propósito do livro do diplomata Moreira Teles, *Notas de estudo*, tem a coragem de afirmar: "É incrível, em regra, a ignorância do Brasil e dos problemas nacionais, por parte dos nossos diplomatas! Incrível e doloroso! Poucos são aqueles que, longe daqui, versam questões nacionais, sem diletantismo e com verdadeiro amor." Concorde com o autor: "Não há que retrucar à sua tese: a colonização portuguesa no Brasil foi um fracasso. Ela retardou de séculos a nossa evolução histórica, desorientando-nos a formação econômica: pela falta de instinto colonizador no português; pelos maus elementos que iniciaram o povoamento, pelo desamparo em que foi, logo depois, deixada a colônia; pelo intuito exclusivo do lucro que guiou a metrópole, mormente em seguida ao descobrimento das mi-

nas; pelo exemplo da Índia; pela opressão e atraso em que era mantido o Brasil, graças ao temor da independência; pelos monopólios que o reino reservava para si e — mais que tudo — pela escravidão. A introdução do escravo negro e a fraca repressão do bandeirismo escravizador viciaram as fontes da nossa economia. Quando se apagaram da nossa história os desgraçados efeitos dos males que nos trouxe a escravidão?” E, quase no final do artigo: “Nós não poderemos conversar tranqüilamente, em nossa terra, sobre coisas altas e nobres, sem primeiro ter consolidado os alicerces, os muros e o telhado de nossa casa, economia, higiene e instrução.”⁽¹⁶⁾

O ano de 1922 vai ser de grande significação para Alceu. Nele, estréia em livro. Publica *Afonso Arinos*, no qual procura criar uma nova crítica literária, chamada *expressionista*, mais ocupada com a obra do que propriamente com o autor. Mas não pode deixar de se demorar no estudo da personalidade e das idéias de Afonso Arinos (tio), que exerceu grande influência sobre sua formação. Levou-o à brasilidade, ao amor ao Brasil, ao sertanismo, tema da segunda parte do livro. De certa feita, ainda muito jovem, escreveu um conto que se passava na França. Submeteu-o a Afonso. Ao terminar a leitura, disse-lhe este: “Não presta para nada”. E completou: “Você é um brasileiro. Com uma matéria-prima tão rica, por que se preocupar com esse tipo de coisa? Não se desnacionalize. Volte-se para o seu país.”⁽¹⁷⁾

Sob três grandes influências — de Euclides, de Arinos e de Joaquim Nabuco — passou a distinguir entre o litoral e o sertão. O Brasil autêntico e verdadeiro estaria neste, livre das imitações do que vinha de fora, principalmente da Europa. Daí a sua crítica ao modernismo, que, pretendendo ser autenticamente nacional, importava as últimas criações literárias de uma Europa cansada e despedaçada pela Guerra. Apesar de ser tido como o crítico do modernismo, muitos foram os desencontros com os seus principais corifeus, notadamente com Oswald de Andrade. Aplaudiu o artigo de fundo da *Revista*, à frente do movimento modernista de Belo Horizonte. Concorda com a sua afirmação “da mais franca nacionalização do nosso espírito”. Para isso, acolhe com simpatia o regionalismo... se bem que pretenda caminhar noutro sentido: dominar pelo espírito o nosso meio e não se escravizar a ele. Comenta Alceu: “Isso é realmente uma condição primordial. Ser do seu meio sem ser escravo do seu meio.”

Continuava a *Revista*: “Presentimos o perigo enorme do cosmopolitismo. É a ameaça de dissolução do nosso espírito nas reações da transplantação exótica. Não podemos oferecer nenhuma permeabilidade aos produtos e detritos (isto sim) das civilizações estrangeiras.”

Sobre este trecho, escreve Alceu, com entusiasmo: “Excelente. E uma revista como essa, aberta ao espírito de franco modernismo, pode prestar um grande serviço às nossas letras, aos nossos estreates sobretudo, pondo-os em guarda contra a degeneração que está na raiz de muita coisa ‘modernista’, na Europa e na América do Norte, e que os rotineiros e acadêmicos apregoam ser ‘todo’ o espírito e a obra moderna. É a necessidade do tal critério de seleção da escolha do bom moderno. É moderno, mas não presta para nós — bota-se fora. Pode ser moderno de quatro cruces. O contrário é continuar a viver no mundo da lua, o mundo da passividade. Não é de reflexo que precisamos, mas de reflexão. O trocadilho é péssimo. Mas a idéia é exata e basta”... “Precisamos viver o Brasil e não nos limitarmos a viver *no* Brasil.”

E poucas páginas adiante, na mesma ordem de pensamento: “Aceitar o Brasil como é, com seus males, suas incertezas, sua multiplicidade, mas sem se submeter a essa multiplicidade. Criar, pelo princípio de saúde imanente à nossa ação criadora, uma obra realmente forte e verdadeira. Dominar o efêmero. Repelir o dissolvente.”⁽¹⁸⁾

Páginas atrás, mas na mesma ordem de idéias, sempre voltado para o problema da literatura nacional: “O Brasil ainda não está em condições sociais de poder dar origem a uma literatura inteiramente própria e ao mesmo tempo universal, como pede o Sr. Graça Aranha no último dos seus discursos literários. A nossa condição por muito tempo ainda será trabalhar na sombra, em silêncio, por assim dizer, absorvendo a matéria nacional, plasmando-a mas sem desfalecimento, sem renúncia.”⁽¹⁹⁾

Em novembro do mesmo ano de 1925, no artigo “Selvas e salões”, antecipa-se a Jacques Lambert (com *Os dois Brasis*), e assim conclui: “Mas a selva é sempre, como inexoravelmente o é em toda a

Amazônia, a figura central, como o salão no romance do Sr. Afrânio Peixoto. E deve-se lê-los conjuntamente, a ambos os romances, para se ter vivamente presente a imagem complexa, variada, imprecisa, e extremamente contraditória desse nosso Brasil de hoje, que ainda reúne, lado a lado, a idade do jenipapo à idade do ruge.”⁽²⁰⁾ Um ano mais tarde, em setembro de 1926, publicaria Wilhelm Pinder *O problema das gerações na história da arte na Europa*, na qual desenvolve a sua tese “da contemporaneidade do não coetâneo”.

Em 1924, Alceu é um dos colaboradores de *À margem da História da República* com o ensaio *Política e letras*, no qual faz a história do Brasil até a época em que escrevia, procurando provar o que chama de *bovarismo orgânico* da nossa formação, isto é, o divórcio entra a realidade e a idealidade. Volta à sua tese, permanente, de distinção entre o litoral e o sertão, e cita o seguinte trecho de *Rondônia*, de Roquette-Pinto: “Há uma diferença tão grande entre o que são os brasileiros das cidades, e o que padecem as populações sertanejas, que até parecem habitantes de dois países diversos.” Como é natural, não falta o grande elogio a Euclides da Cunha, páginas adiante. Dentro do mesmo sentido do ensaio, não deixa de registrar e comprovar: “o povo era o grande esquecido nessa pompa fingida do Império.” Cita José de Alencar (*Cartas de Erasmo*) sobre “a calma podre da opinião (que) assusta aos mais intrépidos” e o Visconde de Jequitinhonha, em discurso no Senado, com a denúncia de que “as grandes questões sociais, estas ficam de parte”.⁽²¹⁾

Com a sua conversão em 1928, sucedendo a Jackson de Figueiredo, ainda mais ocupado e preocupado com o Brasil fica Alceu. De homem de gabinete passa a homem de ação, um grande passo para ele, que se julgava incapaz de dá-lo, como se lê em numerosas passagens angustiantes na *Correspondência* com Jackson. E este, ao receber a primeira série de *Estudos*, dá bem a síntese de tudo que vamos tentando aqui dizer: “E o dedicar-se à doutrinação não será para você mais difícil do que a tarefa que você tem levado para diante até hoje, muito diferente do que você diz. Ela não foi nunca a de escrever crônicas leves, despreocupadas. Já disse no meu artigo sobre *Estudos* o que ele sempre afigurou. *Ninguém mais do que você tem estado no ‘concerto da luta’ em prol de uma definição brasileira.*” (Grifo de Jackson)⁽²²⁾

Assume a direção do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, funda a Ação Universitária Católica. Faz conferências, pregando sua nova fé, tendo em vista sempre a cristianização, a catolicização do Brasil, tirando-o do marasmo e de um certo comodismo católico. Não pára mais em sua pregação de reforma, embora com os exageros do cristão novo, mais pela autoridade do que pela liberdade. Com a criação da Liga Eleitoral Católica, procura, nos anos de 1933 e 1934, influenciar a Assembléia Constituinte que então se reunia. Escreve uma série de artigos indicando os princípios que devem constar da nova Carta. Alceu foi o chefe da campanha. Advoga “a reintegração das leis do Estado na realidade da Nação como solução correta”. Dos dez princípios fundamentais, destacamos somente dois, que dizem respeito ao nosso tema: “IX — Nacionalizar, gradativamente, as empresas de energia elétrica, pelo aproveitamento das grandes quedas d’água nacionais, para o fornecimento por preço mínimo de luz e de força elétrica às populações do país. X — Amparar o homem nacional, determinando que as empresas, companhias e sociedades nacionais e estrangeiras empreguem, nas suas diretorias, e demais quadros profissionais, pelo menos 2/3 de elementos brasileiros.”

No mesmo livro do qual extraímos os trechos acima defende com calor o voto do analfabeto: “O número de votantes ainda é muito pequeno e a percentagem de eleitores, mesmo nos grandes centros, ainda está longe de corresponder à população alfabetizada. As pugnas políticas continuam, por conseguinte, a travar-se entre minorias, deixando de lado as grandes massas da população brasileira. É esse um dos fenômenos importantes de nossa vida social, que precisa ser encarado como preliminar a todo estudo do problema brasileiro. O preconceito contra o analfabetismo deturpa a compreensão do Brasil em muita gente que pretende orientar os destinos da nacionalidade. O analfabeto é considerado um pária, sem direitos civis e, muitas vezes, sem direitos naturais”... (*Omissis*)... “Não queremos aqui fazer a apologia do analfabetismo”... (*Omissis*)... “E o que nós católicos não devemos fazer é desdenhar das grandes massas anônimas que... (*Omissis*)... são condenadas ao mais radical ostracismo político. É uma forma ‘civilizada’ de escravidão política, que não figura nos Códigos a não ser em parágrafos lacônicos como o do Código Eleitoral que impede os analfabetos de votarem. É possível que essa proibição

se justifique. Mas o voto é uma expressão de consciência, de bom senso, de opinião. E isso tanto pode um analfabeto ter, como não ter um alfabetizado.”

Sempre atento aos problemas nacionais, dizia Alceu que a Liga Eleitoral Católica tinha uma dupla tarefa: despertar os católicos para esses problemas e obter dos partidos e candidatos compromissos formais de votarem com a doutrina social católica.⁽²³⁾

Em livro anterior, de 1933, Alceu é incisivo ao pretender traçar as características autenticamente nacionais de sua pátria: “Pobre nacionalidade! Infiéis aos princípios que a formaram, mas bem fiéis aos erros que viciaram esses princípios, vamos hoje nos deixando amoldar passivamente pelo mais poderoso dos imperialismos: o imperialismo do êxito. E a nossa tristeza ingênita procura amparo na alegria dos novos bárbaros do norte. E o nosso ceticismo desbotado tenta reanimar-se ao calor desse idealismo novo que irradia dos auto-falantes da Cinelândia e das asas poderosas dos ‘Nyrbas’. E a nossa fealdade de raça verde se sente regenerada ao contato dos homens louros e vermelhos que pregam o novo evangelho da redenção eugênica pela esterilização voluntária da raça.”

“Pobre nacionalidade! Tudo se desfaz lentamente do que poderia ainda salvá-la do mimetismo passivo. Os fortes olham para Moscou ou Nova Iorque. Os fracos sonham com o passado, entregam-se ao lirismo vago, fecham-se num aristocracismo estéril ou ... aguardam o próximo Carnaval. E, no entanto, não temos o direito de perder a esperança.”⁽²⁴⁾

Em 1935, ao tomar posse na Academia, destaca na obra social de Miguel Couto, seu antecessor, o “profundo e invariável sentimento patriótico que sempre teve, vivo e militante”.⁽²⁵⁾

Estas mesmas palavras poderiam ser aplicadas a Alceu. Em múltiplas passagens de sua obra — ainda anterior à crítica de Afonso, de 1944 — vai Alceu traçando as notas do caráter nacional brasileiro, como já o fizera José Bonifácio nos primeiros vinte anos do século XIX. Ensinando literatura brasileira na Universidade, na década de

40, faz-se titular da disciplina mediante concurso. O Brasil, a nacionalidade brasileira, a língua já não mais lusitana, foram sua pregação constante em todos os momentos da sua vida. Mas não é utópico nem apressado. Na *Introdução à literatura brasileira* (1957): “Os Estados nada serão, na ordem da história, se não se fundarem em nacionalidade vivas. E uma nação só ‘vive’, quando o seu povo possui traços psicológicos que o caracterizem de modo iniludível. O Brasil, portanto, só será uma grande nação e um Estado poderoso e digno, se soubesse ser um povo fiel à sua natureza própria e cioso dos traços profundos da sua psicologia.”

Este trecho é extraído do capítulo que leva como título: “Traços da psicologia do povo brasileiro”, coroando as diversas tentativas feitas por Alceu, esparsamente, em ensaios anteriores. No prefácio desta mesma obra, datado de 1943, surpreende-se todo o seu equilíbrio entre o universal e o nacional: “O espírito é sempre universal por natureza. O melhor meio de termos uma originalidade nacional em literatura, não é nem nos fecharmos em um nacionalismo estreito, nem nos perdermos em um cosmopolitismo estéril. Tanto na vida política como na vida literária, a xenofobia e o cosmopolitismo têm dado os frutos mais venenosos. O que nos deve preocupar não é o tema brasileiro nem a ilusão de uma originalidade total. O que nos deve preocupar é o *espírito* brasileiro, isto é, a marca pessoal popular e local de uma realidade universal.”⁽²⁶⁾

A nacionalidade, a vida do Brasil, estiveram sempre presentes nos escritos de Alceu, em qualquer fase de sua vida. A Ação Católica, por exemplo, “considera como um dever de consciência evitar a fácil inclinação ao confinamento dos católicos dentro dos seus limites, sem a larga participação na vida da nacionalidade, que se manifesta de modo eminente, tanto na vida política como na vida cultural. Os católicos devem estar presentes em todas as atividades do seu País, pois têm sempre um exemplo a dar, um mal a impedir, um bem a fazer, um progresso no qual colaborar, o Cristo a representar em seus domínios, que são universais.”⁽²⁷⁾

Em 1941, Alceu publica pela mesma editora dois livros sobre literatura brasileira: *Três ensaios sobre Machado de Assis e Poesia*

brasileira contemporânea. Na primeira obra, comparando Euclides e Machado, escreve: “Com tudo isso (Euclides), consagrou-se como exemplar mais autêntico de uma das faces mais expressivas de nossa personalidade nacional. E como o contraste vivo de outra, de que o autor de *Quincas Borba* é também o representante máximo. Machado de Assis não foi menos brasileiro do que Euclides da Cunha. Apenas o foi de outro modo. A seu jeito. Um jeito tão particular e tão novo, que marcou uma fase na história da literatura brasileira — a fase *humanista*, em que o Homem supera a Terra, a análise da alma humana vence o predomínio, até então corrente, da paisagem ou da ‘anecdota’, como diria o próprio Machado, em nossa história de ficção.” Para Alceu, Euclides foi o romântico do Sertão, enquanto Machado foi o clássico da Cidade.⁽²⁸⁾

Na segunda obra, toda ela de assunto brasileiro, como o indica o seu próprio título, o Brasil está sempre presente. Ao tratar de *Cancioneiro*, escrito por Ribeiro Couto na Holanda — cujo título foi dado por Afonso Arinos de Melo Franco — relembra Gonçalves Dias, “o grande poeta nacional” e, como ele, Ribeiro Couto canta também a sua “modinha do exílio”. Dividido o *Cancioneiro* em três partes, escreve Alceu: “Na terceira parte surge o Brasil. E surge sob a forma de intensa cor local, de forte sabor popular, que justifica plenamente o título dado no pequeno volume. São bem de ‘cancioneiro’ essas graciosas ou saborosas canções eruditas, de mais gosto popular, muitas vezes, do que autênticas, pois o povo é muito menos popular do que parece. Ou do que fazemos. Nada para nos aproximar, como a distância. Nada melhor para nos fazer amar as coisas que uma ausência. E como nunca somos tão patriotas como ao nos separarmos da nossa pátria, esse gosto profundo de coisa brasileira que têm as canções da terceira parte deste ‘cancioneiro’ bem mostra, no seu intenso sabor tropical, que foram compostas entre as brumas frígidas dos canais e as leves asas dos moinhos.”⁽²⁹⁾

Em livro de 1943, escrito em plena Guerra, distingue Alceu três espécies de nacionalismos, duas ilegítimas e uma só legítima. Viviam-se a exacerbação nacionalista do nazismo e do fascismo. Justifica seu ponto de vista, fiel à doutrina católica: “Só há um nacionalismo legítimo — o que é fundado na *virtude*. Santo Tomás dava ao sentimento de

nacionalismo, que ele chamava de *convivium*, um sentido tão profundo que dizia que as relações de consangüinidade e de nacionalidade tocam de mais perto aos princípios de nosso ser que as de amizade. Apoiado em Cícero, ele chama de *pietas* a virtude em que assenta esse são nacionalismo e que é o sentimento idêntico ao que nos prende aos nossos pais. Patriotismo e amor filial são pois virtudes da mesma natureza. E o que justifica a um, justifica a outro.

“Eis aí o fundamento inabalável do verdadeiro nacionalismo. A justiça é a base desse laço. Justiça que devemos, em rigor estrito, por sermos devedores daqueles dos quais recebemos alguma coisa. Ora, de nossos pais, de nossa pátria e de Deus, recebemos o ser, a vida, a educação e todos os dons e os hábitos que daí nos vieram para completar e aperfeiçoar nossa personalidade. O nacionalismo assim entendido é pois, filosoficamente, inabalável. Não podemos deixar de servir à nossa pátria, como não podemos deixar de servir a nossos pais e a Deus acima de tudo. E não apenas servir, mas amar.”

Afonso Arinos sugere maior realismo e interesse pelo Brasil e assuntos brasileiros ao grande líder católico: “Nacionalismo católico? Nem por sombra desejo o consórcio destas duas palavras que se repelem. Mas, simplesmente, maior realismo católico...” Mas, sem tomar conhecimento dessas palavras de Afonso, é de *nacionalismo cristão* que Alceu chama o verdadeiro e legítimo nacionalismo, “que longe de ser uma contradição ao nacionalismo é a verdadeira expansão deste”.

Cita Maritain (1927), para quem o universalismo supranacional da Igreja não se volta contra a pátria, antes a protege e fortifica. É o que prega no seu discurso de 7 de setembro de 1938 aos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que assim conclui num arroubo patriótico: “Essa lição do nacionalismo verdadeiro, do nacionalismo cristão, com que neste dia supremo da nossa Pátria devemos alimentar a substância mais íntima de nosso ser de brasileiros e cristãos. São duas qualidades que longe de se repelirem, congregam-se numa unidade, que sem ser substancial e sim ordinal, é a que mais nos eleva como filhos de uma Pátria que amamos com todas as fibras de nossa alma e pela qual devemos estar

prontos a sacrificar o nosso bem próprio e a derramar o nosso sangue. O Brasil será grande e forte na medida em que os brasileiros o servirão e o amarem com esse amor que não é idolatria e sim a piedade filial, que nada vê mais digno de ser amado e de ser servido, abaixo de Deus, do que aqueles que nos comunicaram a vida e aquela que nos dá o horizonte de nossos olhos, o pão de nossa boca, a fraternidade em nossos concidadãos e o calor do lar, na perspectiva infindável das cabecinhas inquietas.”⁽³⁰⁾

Em *À margem de uma entrevista* vem essa concepção de nacionalismo repetida, denominada de patriotismo, transcrita em livro do ano seguinte (1944).⁽³¹⁾

Em 1945 aparece *Voz de Minas*, talvez o mais brasileiro dos seus livros, admirável ensaio de psicologia social e de história. Suas notas são de insuperável erudição, como não a teria o mais especializado dos historiadores regionais. Em notas ao texto vêm citados, praticamente, todos os autores que estudaram Minas e o seu povo, tais como, por exemplo: Elisée Reclus, Richard Burton, Fox Banbury, Carlos de Laet, Nelson de Sena, Spix und Martius, Saint-Hilaire, J. Mawe, Augusto de Lima, Francisco Brant, Barão de Eschwege, Manuel Bernardes, Diogo de Vasconcelos, Agassiz, Norberto de Souza, Aires da Mata Machado, Barros Latif, Antonil, Daniel de Carvalho, Vieira Couto, entre muitos que seria fastidioso referi-los todos aqui. É um livro de brasilidade e pesquisa bibliográfica escrito por um verdadeiro *scholar*.⁽³²⁾

Sempre coerente com sua concepção cristã da vida e do mundo, repete as mesmas idéias sobre nacionalismo em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, sem data, mas publicada em *Nação Armada*, de abril de 1946. Eis um trecho significativo: “Mesmo assim tentemos, para concluir, tirar algumas normas de ação, algumas diretrizes para o nosso pensamento brasileiro, na obra de construção de uma nacionalidade em que todos estamos e devemos estar empenhados de todo coração. Sabemos que as nacionalidades não são fins últimos na ordem dos fatores, mesmo exclusivamente sociológicos. Mas são fins intermediários essenciais. Pois o homem é um ser não apenas naturalmente social, mas ainda naturalmente nacional. E não é

apenas a tradição ou o coração que nos fazem querer bem à nossa terra, dedicarmo-nos a ela e procurar a sua elevação em todos os planos, econômico, político ou cultural — mas ainda a própria obediência à voz de nossa natureza mais íntima. O homem que desdenha de sua pátria é um homem mutilado. Como mutilado é o patriota que coloca a sua pátria acima da Humanidade. Ou a Humanidade acima de Deus.” (*Omissis*)... “Cultivemos, pois, com amor, com argúcia e com pertinácia esse humanismo brasileiro — feito de ternura, de respeito e de heroísmo do coração — e tudo mais nos será dado em abundância.”⁽³³⁾

Na imensa bibliografia de Alceu numerosos foram os livros escritos sobre assuntos brasileiros, mesmo antes da crítica de Afonso de 1944. Não vamos, nem podemos, enumerá-los todos aqui. Basta recordar que Alceu foi o “maior escritor e líder católico do Brasil nos últimos cinquenta anos” (Dom Basílio Penido, OSB), de 1928 a 1983, mergulhado nos assuntos e problemas brasileiros de toda ordem.⁽³⁴⁾ Na sua última fase — que começa em 1945, e não somente em 1964, como pensam muitos —, a dos acontecimentos, como costumava dizer, como que passou a ser o guia espiritual da libertação da sociedade brasileira contra a violência, o autoritarismo e a injustiça social. Basta recordar *O problema do trabalho*, de 1947, e o Movimento da Democracia Cristã na América Latina (Montevideú), do mesmo ano. Ainda mesmo no terreno da crítica literária, com razão pôde deixar escrito o nosso saudoso Austregésilo de Athayde: “Se desaparecesse o enorme monumento da literatura modernista e nada mais se soubesse da poesia e do romance modernistas, e da catástrofe sobrerrestasse a obra de Tristão de Ataíde, seria possível, sem esforço, refazer o mundo perdido, na essência de sua estética, nas suas repercussões sobre a vida brasileira, no que teve de revolucionário e de construtivo, de verdadeiro e de falso, de efêmero e de perdurável”.⁽³⁵⁾

Nessa última fase de sua vida, que Alceu denominou de *acontecimentos*, já bem distante no tempo da crítica de Afonso Arinos, com mais razão não poderia faltar a nota *nacional* na pregação de Tristão de Ataíde, que merece ser transcrita: “Liberdade, não é a da raposa no galinheiro, mas a da pequena indústria, da pequena agricultura, do pequeno comércio, em face da desnacionalização de nossas fontes de

riqueza cada vez mais submissas aos tentáculos das famosas multinacionais. Economia livre não é a que só aproveita às oligarquias. É a economia justa.”⁽³⁶⁾

Alceu é um mundo, para esgotá-lo necessitaríamos de um livro inteiro e não somente de algumas páginas de um ensaio. Encerraremos com um pequeno trecho do próprio Alceu, patriota e brasileiro como os que mais o tenham sido neste país: “Sentimos todos que a literatura para não ser apenas ‘literatura’ no Brasil, tem de vir ‘espontaneamente’, como consequência de movimentos mais radicais, mais gerais, mais profundos que afetem o homem todo e sejam realmente problemas de vida. O problema estético depende do problema social, do problema político, do problema moral e filosófico, e finalmente do problema religioso. Já não estamos em momento de procurar formas ou estilos originais. Tudo isso virá como consequência e não como causa. Será produto de uma ação mais completa ou cairá por si, sem eco e sem continuidade. Há uma coisa mais séria que a literatura; é o homem. E uma coisa mais urgente que a estética brasileira: O Brasil.”⁽³⁷⁾

Rio de Janeiro, ~~1994~~ maio de 1994.

Notas

1. Melo Franco, A. A. de, *Mar de Sargaços*. São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d. [1944], respectivamente, para os dois períodos, pp. 97-98, 100-101.
2. Amoroso Lima, Alceu, *Meditação sobre o mundo moderno*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1942, respectivamente, pp. 189 e 8.
3. Idem, op. cit., pp. 26 e segs. 52, 62 e segs.
4. Idem, op. cit., pp. 266 e segs. e 323.
5. Idem, op. cit., pp. 330 e segs.
6. *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. III, set.-dez., 1916, pp. 1 e segs.
7. *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. V, ano II, mai.-ago., 1917, pp. 427/430.

8. *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. VI, ano II, set.-dez., 1917, pp. 30 e segs.
9. “À margem de um livro”, *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. X, ano IV, p. 84.
10. “Iniciando”, *Estudos literários*. Rio de Janeiro, Companhia Aguilar Editora, 1966, pp. 61-63.
11. “O pai do Jeca”, idem, pp. 74 e 76.
12. “Um mestre de ironia”, idem, p. 81.
13. “O crítico do simbolismo”, idem, pp. 84-85; “A guerra e a literatura”, idem, pp. 89-90. Pouco antes, ainda e sempre sobre o Brasil: “O homem crescerá de mais em mais. A literatura será menos um jogo de palavras, que a expressão de uma realidade superior. A arte ainda uma vez realizará ‘o esplendor da verdade’. A inspiração será mais rica, porque mais humana, o pensamento despido de preconceitos voará mais alto: a expressão será mais poderosa, porque mais próxima das fontes eternas da forma e da idéia — a natureza e o povo”. E mais: “A verdadeira literatura é a que busca a sua seiva no solo que nos gerou. Árvores exóticas só podem vingar em estufa.”
14. “História provincial”, idem, p. 95.
15. “Olavo Bilac”, idem, pp. 107 e 109.
16. “Um ensaísta”, idem, pp. 111-112.
17. Amoroso Lima, Alceu, *Memórias improvisadas. Diálogos com Medeiros Lima*. Petrópolis, Editora Vozes, 1973, p. 44.
18. Idem, *Estudos literários*, pp. 973-974 e 981.
19. Idem, *Estudos literários*, p. 922.
20. Idem, *Estudos literários*, p. 1006.
21. Carneiro Leão, A. et alii, *À margem da História da República*. Rio de Janeiro, Edição do “Anuário do Brasil”, 1924, pp. 239 e 247. Ao final do ensaio, pregando a assimilação recíproca do regionalismo e do cosmopolitismo: “Ser nacional é criar uma nacionalidade e não submeter-se a ela.”

22. Amoroso Lima, A. e Figueiredo, J. de, *Correspondência. Harmonia dos contrastes*, Prefácio de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro, Coleção Afrânio Peixoto da ABL, tomo II, 1992, p. 173.
23. Para os três últimos parágrafos, Amoroso Lima, A., *Indicações políticas. Da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, pp. 92, 108-111.
24. Amoroso Lima, Alceu, *Contra-revolução espiritual*. Cataguazes, Spinola & Fusco, 1936, p. 185.
25. Academia Brasileira de Letras, *Discursos acadêmicos*, vol. IX. Rio de Janeiro, Empresa Editora ABC Limitada, 1937, p. 219.
26. Amoroso Lima, Alceu, *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1ª ed., 1956; 2ª ed., 1957, respectivamente, pp. 152-153 e 15.
27. Amoroso Lima, Alceu, *Elementos de Ação Católica*. Rio de Janeiro, Editora ABC, 1938, pp. 225-226.
28. Amoroso Lima, Alceu, *Três ensaios sobre Machado de Assis*, pp. 50-51.
29. Amoroso Lima, Alceu, *Poesia brasileira contemporânea*, pp. 83-85.
30. Amoroso Lima, Alceu, *Mitos de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1943, pp. 220, 222 e 229; para Afonso Arinos, *Mar de Sargaços*, cit., pp. 98-99.
31. Amoroso Lima Alceu, *Testemunho*, Rio de Janeiro, Lumen Christi, s.d. [1944], pp. 214-220.
32. Amoroso Lima, Alceu, *Voz de Minas (Ensaio de sociologia regional)*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1945.
33. Amoroso Lima, Alceu, *Diretrizes do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, s.d. [1945-1946].
34. Basta recordar a sua atividade à frente do Centro Dom Vital, de *A Ordem*, do Instituto Católico de Estudos Superiores, das "equipes sociais" com Robert Garric nas décadas de 30 a 40, para não falar na sua imensa cruzada em prol da liberdade e dos direitos humanos depois de 1964, com a publicação de numerosos livros, artigos, conferências e debates de toda ordem.

35. Austregésilo de Athayde, "A crítica do modernismo". *Curso de crítica*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1956, p. 315.
36. Amoroso Lima, Alceu, *Revolução suicida. Testemunho do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora Brasília-Rio, 1977, p. 145.
37. Amoroso Lima, Alceu, *Estudos*, 5ª série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, p. 300.